

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Cidade	29/03/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

## GERAÇÃO DE ENERGIA

# Jatapu será entregue para Roraima Energia na próxima segunda

Representante da empresa e Cerr confirmaram que pagamento dos ativos ainda não feito e está em negociação

Por **Folha Web**

Em 29/03/2019 às 01:28



Hidrelétrica de Jatapu foi construída entre 1991 e 1994, ano em que foi inaugurada oficialmente e começou a operar (Foto: Divulgação)

O governo vai entregar na próxima segunda-feira, 1º de abril, a Usina Hidrelétrica de Jatapu para ser gerida pela Roraima Energia. A decisão foi tomada esta semana e até domingo, 31, será encerrada a gestão da usina por parte do Estado.

O presidente da Companhia Energética de Roraima (Cerr), Francisco Fernandes de Oliveira, o "Chiquinho Brasília", confirmou a informação e disse que já foi enviado ofício para a empresa. "Já comunicamos que, a partir de segunda-feira, a usina estará sob a responsabilidade deles".

Segundo Chiquinho, Jatapu estava incluída nos bens ativos que foram a leilão. Ele também confirmou que a empresa ainda não pagou nada para a Cerr nem para o governo do Estado pelos ativos.

“A usina estava incluída dentro dos R\$ 297 milhões de levantamento de ativos e foi negociada por algo em torno de R\$ 57 milhões. Ainda não recebemos pelos ativos, mas já era para ter sido feito ressarcimento. Como estamos tendo custos, demos por finalizada a operação com a usina. Os servidores já foram dispensados, visto que a empresa perdeu sua finalidade de gerar energia”, informou.

A reportagem da Folha procurou a Roraima Energia. Por meio de nota, a empresa explicou que “está trabalhando com a data preliminar de 15 de abril para o repasse de Jatapu para sua gestão”.

Ainda que receba da empresa vencedora do leilão da Eletrobras Roraima, o governo deve arcar com um deficit milionário da Cerr de cerca de R\$ 800 milhões referentes a empréstimos.

**O CASO** – Desde 1º de janeiro de 2017, a Cerr deixou de operar nos 14 municípios de Roraima após a perda da concessão pelo Ministério de Minas e Energia. À época, o serviço foi transferido para a Eletrobras Distribuição Roraima que foi leiloada e vendida para a Oliveira Energia e hoje atua no mercado como Roraima Energia.

### **Ativos chegam a R\$ 300 milhões e estão em negociação**

O governador Antônio Denarium (PSL) iniciou as negociações com a Roraima Energia em torno do pagamento dos ativos da Companhia Energética de Roraima (Cerr).

Pelas conversações iniciais, haveria um encontro de contas envolvendo a dívida do governo do Estado e o valor que deveria ser pago pela Roraima Energia.

“Existe uma tratativa via acionista majoritário [governo], mas ainda não teve definição”, explicou Chiquinho Brasília.

Em setembro de 2018, o ex-presidente da Cerr Kleber Coutinho disse em entrevista à Folha que a hidrelétrica de Jatapu não faria parte dos bens que integram os ativos da Boa Vista Energia ou da empresa que venceu o leilão, a Oliveira S.A. Ele disse que o Estado continuaria com a geração de energia em Jatapu, mas não cuidaria mais de distribuição e comercialização. Segundo Coutinho, o que foi leiloado era o que estava dentro da concessão da Portaria 425 e Jatapu não fazia parte dela. O patrimônio da Cerr não incluiria também o prédio sede da empresa localizado no Centro de Boa Vista nem as usinas hidrelétricas que estavam em fase de conclusão nas obras no interior.

Ele foi procurado novamente, mas a reportagem não teve retorno.

O valor que deveria ser pago ao governo do Estado pelos ativos da Cerr chegou a ser homologado pela agência e enviado ao Ministério de Minas e Energia para pagamento, mas o Decreto 9.192/2017, assinado pelo então presidente, Michel Temer (MDB), definiu que a obrigação não seria da União, mas da empresa vencedora do leilão que ainda será realizado para privatizar a Eletrobras.

A Oliveira Energia tinha 60 dias para assinar o contrato, então até o final de 2018 precisaria ter assinado o documento de concessão, pagando, inclusive, as dívidas que assumiu junto à Boa Vista Energia, referentes à Cerr, que seriam feitas em acerto separado, ainda no prazo desses dois meses.

A falta de conclusão da negociação dos ativos também foi confirmada pela empresa por meio de nota.

“Sobre o pagamento de ativos e os débitos com os órgãos do governo, esses estão em negociação”, disse a Roraima Energia.

### **Sindicato reclama de negociação**

A negociação não é bem vista pelos funcionários da empresa e pelo Sindicato dos Urbanitários de Roraima.

“Nisso quem perde primeiro são os funcionários, depois a sociedade mais carente e o Estado que fez um empréstimo de R\$ 600 milhões pra sanear a Cerr, gastaram, não sanearam a empresa e durante 20 anos o Estado terá que pagar essa dívida. Sem contar que esses valores poderiam ser usados para poder pagar as rescisões dos funcionários demitidos que ainda não receberam. Agora, estão tentando fazer um encontro de contas de dívidas de energia do governo pra ‘abater’ no dinheiro da Cerr. Seria um tipo de ‘acordo’ nos bastidores do alto escalão do governo para perdoarem as dívidas mútuas, mas nada é feito de forma clara, então, não pode ser levado a sério”, disse Gissélio Cunha, presidente da entidade.

### **Hidrelétrica de Jatapu gera dez megawatts**

A Hidrelétrica de Jatapu foi construída entre os anos de 1991 e 1994, no mandato do governador Ottomar de Sousa Pinto, e inaugurada oficialmente em 1994, ano em que começou a operar.

Situada no Município de Caroebe, a 55 quilômetros da sede municipal, a área da usina tem como principal curso d’água o rio Jatapu e ocupa mais de 7,4 mil hectares. A hidrelétrica foi construída com recursos do Estado após a aprovação do projeto de impacto ambiental. A Usina de Jatapu foi reinaugurada em 16 de junho, com equipamentos modernos e a instalação de quatro turbinas, funcionando sua capacidade total de geração de energia de dez megawatts para atender aos 50 mil moradores dos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz.

Mesmo após a perda da concessão da distribuição e comercialização de energia em dezembro de 2016, a Cerr continuou responsável pelo gerenciamento do complexo energético.

**REVITALIZAÇÃO** - O complexo energético de Jatapu foi revitalizado em 2017 e estaria operando com as quatro turbinas após ficar parada por 23 anos, sendo gerida desde então pelos funcionários da empresa que terão seus contratos rescindidos em 31 de março. As duas unidades geradoras antigas foram revitalizadas, complementando as duas outras turbinas novas. As unidades geradoras são as mais modernas com operação exclusivamente por comando digital.

<https://folhabv.com.br/noticia/Jatapu-sera-entregue-para-Roraima-Energia-na-proxima-segunda/51578>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Cidade	28/03/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

**FOLHA**  
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

## 68 OBRAS PARALISADAS

# Roraima possui mais de R\$ 500 mi em recursos mal utilizados

Levantamento foi feito junto aos gestores do Estado e dos municípios, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública

Por [Folha Web](#)

Em 28/03/2019 às 02:00



Levantamento foi feito pela equipe de auditores do Controle Externo (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RR) constatou em levantamento que existem em Roraima pelo menos 68 obras suspensas e/ou paradas que foram iniciadas a partir de 2009. Os dados foram obtidos por meio de notificações feitas aos gestores do Estado, dos municípios, da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública que preencheram um questionário detalhado dessas obras e o estado em que se encontram. O montante investido foi de R\$ 568.408.257,73.

O levantamento feito pela equipe de auditores do Controle Externo junto aos jurisdicionados demonstra que a soma dos valores pode ser ainda mais expressiva já que as prefeituras de Rorainópolis, São João da Baliza, Caroebe, Iracema e Pacaraima não apresentaram dados para a coleta de informações.

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Política	29/03/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

encontre na folhabv.com.br

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

## 68 OBRAS PARALISADAS

# Roraima possui mais de R\$ 500 mi em recursos mal utilizados

Levantamento foi feito junto aos gestores do Estado e dos municípios, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública

Por [Folha Web](#)

Em 28/03/2019 às 02:00



Levantamento foi feito pela equipe de auditores do Controle Externo (Foto: Nilzete Franco/FolhaBV)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RR) constatou em levantamento que existem em Roraima pelo menos 68 obras suspensas e/ou paradas que foram iniciadas a partir de 2009. Os dados foram obtidos por meio de notificações feitas aos gestores do Estado, dos municípios, da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública que preencheram um questionário detalhado dessas obras e o estado em que se encontram. O montante investido foi de R\$ 568.408.257,73.

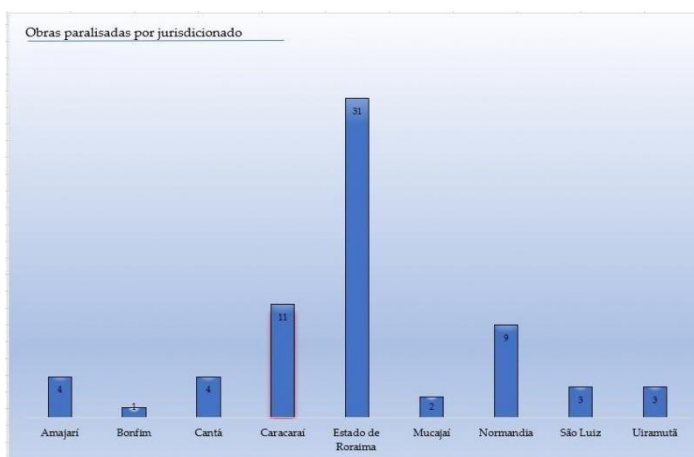
O levantamento feito pela equipe de auditores do Controle Externo junto aos jurisdicionados demonstra que a soma dos valores pode ser ainda mais expressiva já



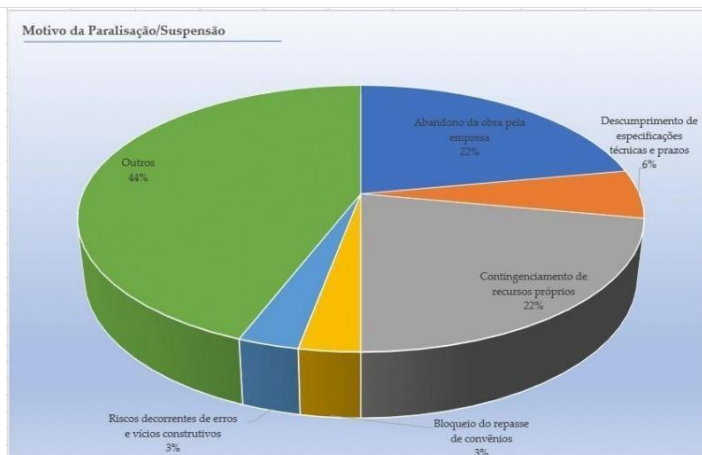
que as prefeituras de Rorainópolis, São João da Baliza, Caroebe, Iracema e Pacaraima não apresentaram dados para a coleta de informações.

O trabalho está sendo realizado em todo o Brasil, numa articulação conjunta que tem à frente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o objetivo de conhecer a situação de cada obra em busca de soluções para a retomada e conclusão dos empreendimentos com valores acima de R\$ 1,5 milhão, porém em Roraima o levantamento não levou em consideração esse valor mínimo, incluindo no levantamento todas as obras, independentemente do valor.

Em Roraima, o governo do Estado possui a maior quantidade de obras paradas, com 31 no total, seguido pela Prefeitura de Caracarái, que tem 11, e a Prefeitura de Normandia, com 9, representando 75% do total levantado.

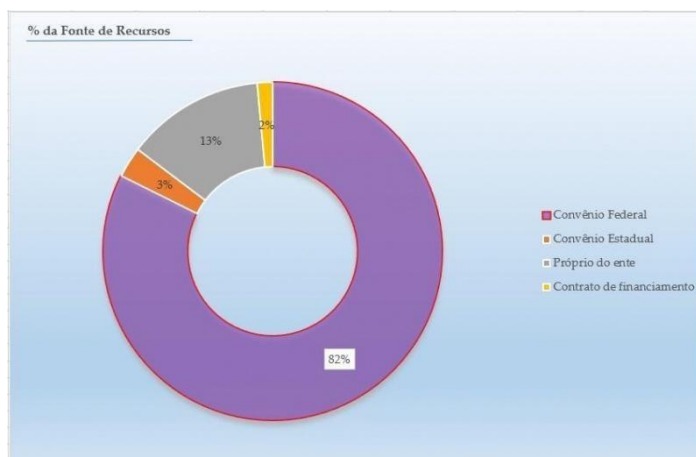


A maioria está relacionada às áreas de saúde, transporte e educação, sendo de Saúde – hospitais, postos de saúde e unidades básicas, 17; Transporte – Rodovias, 13; e ligadas à educação – universidades, escolas e similares, 11, representando 58,82% do total levantado. Quanto ao motivo das paralisações, os percentuais ficaram divididos entre contingenciamento de recursos (22,06%), abandono da obra (22,06%) e da conjunção de outras situações (44,12%) representando um total de 88,24% dos motivos que levaram a parar as obras.



O relatório informa ainda que a principal fonte de recursos é oriunda de convênios federais, representando 82,35%, cujos valores chegam a R\$ 518.720.065,13, seguida por recursos do próprio ente (13,24%), convênios estaduais (2,94%) e contratos de financiamento (1,47%). Parte das obras nessa situação refere-se a abandono e contingenciamento de recursos.

Entre as obras provenientes de recursos estaduais, que alcançam o valor de R\$ 32.038.146,99, estão sendo objeto de Tomada de Contas Especial instaurada pelo TCERR aquelas referentes às linhas de transmissão e subestação dos municípios de Cantá e de Bonfim e a da construção do 1º Distrito Policial.



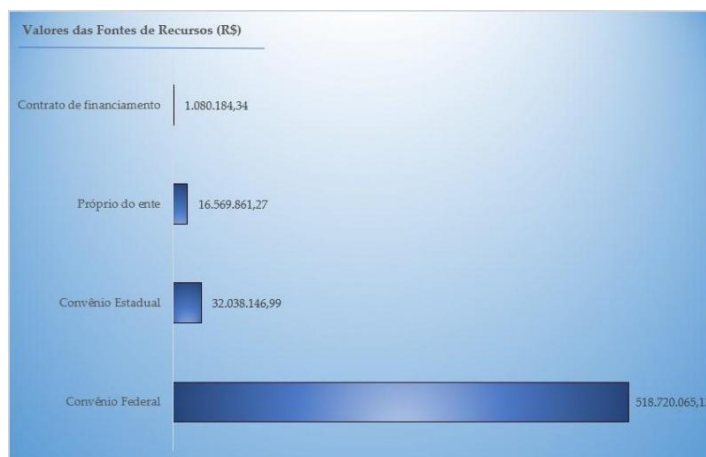
Além do envio do levantamento do diagnóstico ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a presidência do TCERR fará uma proposição na sessão plenária recomendando aos jurisdicionados que tomem providências administrativas e/ou judiciais urgentes (sanções, aplicação de penalidades, multas, abertura de Tomada de Contas Especial, ações de ressarcimento, entre outras) que tiveram as obras abandonadas pelas empresas contratadas, sob pena de responsabilidade por omissão.

Adicionalmente, recomendará a adoção de medidas administrativas e/ou judiciais, no caso dos Municípios de Cantá e Normandia, em virtude da ausência dos autos dos processos de despesas, seja por busca e apreensão de operações policiais ou de



eventual sumiço de processos em administrações anteriores, com fito de resguardar o Erário.

E, para o governo do Estado, que as recomendações façam parte do Plano Plurianual que será elaborado este ano, bem como as ações integrem a Lei Orçamentária Anual.



<https://folhabv.com.br/noticia/Roraima-possui-mais-de-R--500-mi-em-recursos-mal-utilizados/51497>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web ( <a href="https://www.folhabv.com.br">https://www.folhabv.com.br</a> )	Boa Vista	Política	28/03/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

## BLOQUEIO NA BR-174

# Clima tenso marca audiência sobre retirada da corrente na BR

Corrente na Reserva Indígena Waimiri-Atroari foi tema no plenário da Assembleia Legislativa em meio a conflito de opiniões; carta será levada para governo federal

Por [Ana Paula Lima](#)

Em 29/03/2019 às 00:45



Audiência contou com presença de representantes do setor comercial roraimense e de caminhoneiros que classificaram decisão de fechar a passagem por 12 horas para o Amazonas como 'um dos atrasos' para desenvolvimento de Roraima (Foto: Priscilla Torres)

Manifestações, aplausos, gritos e clima tenso marcaram a audiência pública sobre o bloqueio da BR-174 na Reserva Indígena Waimiri-Atroari na manhã de ontem, 28, na Assembleia Legislativa de Roraima. Com o plenário lotado, a retirada da corrente que passa pelo local a partir das 18h foi defendida pela maioria.

Liderada pelo deputado Jeferson Alves (PTB), a audiência contou com a presença de representantes do setor comercial roraimense e de caminhoneiros que classificaram a

decisão de fechar a passagem por 12 horas para o Amazonas como “um dos atrasos” para o desenvolvimento econômico de Roraima.

Além de destacarem que, nos anos de implantação da barreira, diversos trabalhadores morreram em conflito ou por questões de saúde por não conseguirem atravessar após o horário determinado pelos indígenas, eles criticaram o desrespeito ao direito de ir e vir dentro do território brasileiro.

Durante os discursos dos representantes que defendiam a derrubada do bloqueio, que acontece diariamente das 18h às 6h, várias pessoas manifestavam apoio com faixas e cartazes que solicitavam Roraima “livre da corrente” e gritavam palavras de ordem contra os direitos indígenas.

“O governo do Estado tem buscado junto ao governo federal a retirada da corrente com o intuito de trazer, de forma sustentável, o desenvolvimento para Roraima e tornar igualitário aos demais Estados”, declarou o chefe da Casa Civil, Disney Mesquita.

Outro ponto defendido para que a barreira fosse derrubada é a ligação com o Linhão de Tucuruí, o que permitiria que Roraima deixasse de ser dependente da energia gerada na Venezuela e também pelas termelétricas. A corrente é entendida também com uma forma de evitar investimentos e ampliação de serviços no Estado pela instabilidade energética e o isolamento por meio terrestre.

**DEPUTADOS E INDÍGENAS** – Parlamentares defenderam a necessidade de se manter um diálogo com indígenas a fim de que houvesse um consenso sobre a questão da barreira, visando, sempre, ao desenvolvimento do Estado.

“Que lógica é essa? Fui a Brasília e não existe nenhum documento legal que diga que tem que ter corrente. Já sonhei que amanhã não tem mais energia. Não quero mais ir a comunidades e que me peçam para expandir a rede elétrica e a gente não ter geração para isso”, declarou a deputada Aurelina Medeiros (PODE).

Aurelina justificou que a barreira foi colocada durante a construção da obra da BR-174 e negou que tenha sido por motivo de morte de índios durante o período. Ela ressaltou ainda que os indígenas são “totalmente controlados pelo governo federal”.

“Precisamos ter diálogo? Precisamos, mas eu sou a favor da derrubada da corrente. Vocês têm os seus ideais, nós temos os nossos. São tantas questões que a gente precisa colocar em pauta e resolver. Não podemos abdicar do Estado todo por uma questão. Não os culpamos pela falta do desenvolvimento de Roraima, porém a corrente é, sim, um dos fatores”, relatou o deputado Neto Lourinho (PMB).

Jeferson Alves, durante discurso na tribuna, afirmou que o convite para participar da audiência foi feito a lideranças indígenas do povo Waimiri-Atroari e a representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas não houve respostas. O deputado disse ainda que há uma “desculpa” dos povos indígenas ao afirmarem que não são ouvidos e que

corrupção em organizações não governamentais (ONGs) seria responsável pela desnutrição e morte de crianças nas comunidades.

“Quero me dirigir aos meus irmãos índios: quando qualquer direito das comunidades indígenas é atacado, o primeiro livro que eles pegam na mão é esse, a Constituição Federal. Esse mesmo livro me garante o direito de ir e vir, que na maioria das vezes vocês não respeitam. Vamos respeitar o argumento contrário, eu não sou contra povo indígena, até tenho amigos”, assegurou em meio aos ânimos exaltados.

Um documento foi assinado e deve ser levado até Brasília para que haja um posicionamento do Palácio do Planalto sobre a retirada da corrente. O deputado petebista garante tentar contato com o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e deputados federais mais discussões sobre o tema.

### **Indígena defende permanência da barreira para preservação de biodiversidade**

Em defesa da biodiversidade e preservação do povo Waimiri-Atroari, Anselmo Yanomami repudiou a visão de que os indígenas representam um retrocesso para Roraima por eles defenderem a permanência da corrente na reserva.

“Roraima está isolado por causa de corrupção e politicagem, por falta de compromisso dos senhores [deputados]. Atraso não somos nós, não é a corrente”, protestou.

O representante da Associação dos Povos Yanomami enfatizou que os indígenas estão amparados pela Constituição Federal.

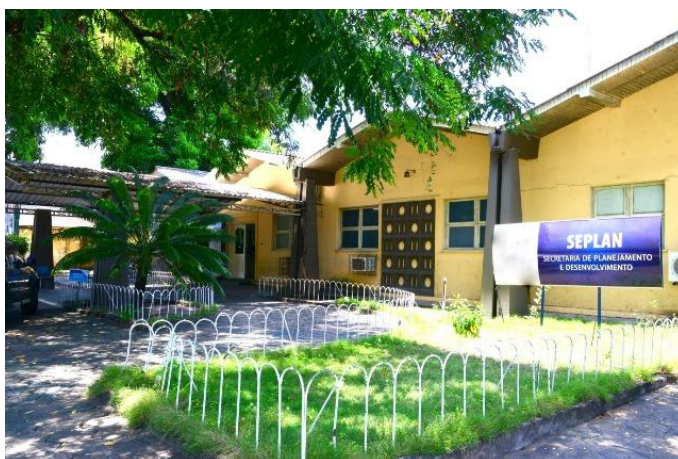
Anselmo Yanomami destacou que a conversa com os Waimiri-Atroari deve ser mantida, assim como a procura de uma solução juntos em respeito à diversidade do País. (A.P.L)

<https://folhabv.com.br/noticia/Clima-tenso-marca-audiencia-sobre-retirada-da-corrente-na-BR/51573>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Roraima em Foco ( <a href="https://roraimaemfoco.com">https://roraimaemfoco.com</a> )	Boa Vista	Geral	29/03/2019



## RELATÓRIO MOSTRA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE RORAIMA, VENEZUELA E GUIANA



*A secretaria de Planejamento aponta caminhos e mostra possibilidades de incremento na relação comercial entre os dois países – Foto: Arquivo secom*

A Seplan (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento) apresentou um relatório sobre a balança de comércio exterior de Roraima no período de 2015 a 2018, com foco na Guiana e Venezuela.

O trabalho é resultado de uma observação do comportamento das exportações e importações das empresas roraimenses nos últimos quatro anos, e foram apresentados no relatório, as variações positivas e negativas da balança comercial, destacando os principais produtos desta pauta e comentando as razões que vieram a influenciar o fluxo dos negócios, bem como, ressaltando as novas janelas de oportunidades que surgirão nos próximos anos.

### **Guiana pode ter boom por conta do petróleo**

Segundo o relatório, a economia da Guiana tem mostrado crescimento moderado desde 1999, baseado na expansão dos setores agrícola e mineiro, atmosfera mais favorável para iniciativas empresariais, taxa de câmbio mais realista, inflação razoavelmente baixa e apoio continuado por parte de organizações internacionais.

Os problemas crônicos incluem carências no número de trabalhadores qualificados e infraestruturas deficientes. A Guiana faz parte do Bloco Econômico do Caricom (Comunidade do Caribe) e isso tem atraído a acentuada vontade de parcerias comerciais de outras nações, como o Reino Unido, China e o Brasil.

Empresas de Roraima já perceberam a importância do desenvolvimento de projetos de infraestrutura para a produção agropecuária conjunta, gerando escala, e a consolidação de boa logística de escoamento de produtos finais.

Por conta da descoberta de petróleo no mar territorial da Guiana surgiu esperança de melhoria na economia. O governo da Guiana deve receber anualmente US\$ 6 bilhões em royalties e tributos já no final de 2020.

Economistas apontam que isso significa que o PIB atual do País, US\$ 3,6 bilhões, vai triplicar em cinco anos. “Com o foco voltado para Guiana, o Estado segue na mesma expectativa de crescimento do PIB deste país abalizado pela exploração e venda de petróleo a partir de 2020, podendo tornar-se um mercado consumidor extremamente relevante ou parceiro na produção agropecuária, gerando escala para exportar para outros países ou Blocos Econômicos, principalmente após a consolidação dos projetos de infraestrutura”, explicou o secretário de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima Marcos Jorge de Lima.

### **Venezuela sofre com fome e tenta se reestruturar**

A Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do mundo e o recurso é praticamente a única fonte de receita externa do País. O petróleo hoje responde por 96% das exportações no País vizinho.

Em 2014, o preço do petróleo desabou iniciando um processo de contração da economia venezuelana que neste momento passou a depender mais e mais de importações – de alimentos e medicamentos até pneus e peças de reposição para o sistema de metrô das grandes cidades.

Nos dois últimos anos, com menos dinheiro para importação, a questão do desabastecimento e, conseqüentemente, da fome se agravou.

“Evidencia-se que Roraima pode se tornar um centro de distribuição de produtos e serviços para o País vizinho neste momento de crise, e mesmo que a situação política se reverta haverá grandes oportunidades para empresas de Roraima na participação da reconstrução da economia venezuelana”, justificou Marco Jorge.

### **Balança Comercial**



De 2015 a 2018 as exportações provenientes de empresas de Roraima com destino à Venezuela deram um salto positivo nos três primeiros anos e em 2018 o ritmo das exportações das empresas roraimenses esteve bem abaixo dos últimos dois anos. Na importação, o Estado também aumentou e depois reduziu o valor dos produtos importados da Venezuela em relação ao ano anterior também por conta da crise.

Com relação à Guiana, houve acréscimo nas exportações no mesmo período puxadas pelo farelo de soja e rações. Na importação se manteve o único produto da pauta, o arroz, produzido por empresa roraimense em terras guianenses.

O diretor do Departamento de Comércio Exterior, Eduardo Bayma Oestreicher, explicou que não se pode desprezar esse saldo comercial que temos com a Venezuela. “Observamos que o saldo da balança comercial de Roraima na exportação deu um salto muito grande em função principalmente da venda de produtos de primeira necessidade para a Venezuela. Em relação à Guiana temos a expectativa de ter projetos de infraestrutura concluídos pois assim poderemos ter acesso também a outros Países e blocos econômicos”, disse.

<https://roraimaemfoco.com/relatorio-mostra-relacao-comercial-entre-roraima-venezuela-e-guiana/>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Tudo de Rondônia ( <a href="https://www.tudorondonia.com">https://www.tudorondonia.com</a> )	Rondônia	Geral	29/03/2019

Rondônia, 29 de Março de 2019 -  **Tudorondonia.com** Siga-nos  
Jornal Eletrônico Independente

Capa Editorias ▾ Destaques ▾ Rondônia Jurídico Fale Conosco  🔍

## MPF expede recomendação a entidades do “Sistema S”

Medida é decorrente da Operação Fantoche, deflagrada mês passado, em razão de supostas fraudes em licitações e contratos para desvio de recursos públicos.

### MPF

Publicada em 28 de março de 2019 às 12:39

O Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco (PE) expediu recomendação aos diretores dos Departamentos Nacional e Regional do Sesi e do Senai para que sejam seguidas as normas referentes a concessão de patrocínios, bem como os regulamentos de licitação e contratos do Sesi/Senai, de forma a evitar a celebração de contratos de forma dissimulada. A responsável pelo caso é a procuradora da República Silvia Regina Pontes Lopes.

A recomendação, instrumento de atuação extrajudicial do MPF, é decorrente da Operação Fantoche, deflagrada mês passado, em razão de supostas fraudes em licitações e contratos para desvio de recursos públicos. Com base em relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), o MPF apurou que, desde 2010, as entidades vinham celebrando, por meio de licitações, contratos de prestação de serviço supostamente fraudulentos para promoção de eventos culturais quando, na verdade, deveriam ter usado o formato de patrocínio. Nesse formato, o ente que recebe os recursos deve demonstrar a correta e regular aplicação da verba.

Na contratação por licitação, de acordo com as normas internas do

“Sistema S”, o critério principal para seleção da contratada é a demonstração de experiência anterior na realização de eventos semelhantes. As empresas que vinham sendo contratadas – do grupo empresarial Aliança Comunicação e Cultura - eram as que se enquadravam nesse critério, justamente por terem sido contratadas anteriormente pelo Sesi/Senai.

Conforme consta no relatório do TCU, o esquema resultava em um cenário de absoluta ausência de competição. Os relatórios analisados pela procuradora da República indicaram que o esquema visava ao desvio de recursos da União e dos Departamentos Regionais e Nacionais do Sesi e do Senai, por meio da subcontratação de empresas “laranjas”. As investigações no âmbito da Operação Fantoche indicaram que os valores usados irregularmente foram superiores a R\$ 400 milhões.

Ao expedir a recomendação, o MPF considerou que as entidades do “Sistema S” são classificadas como entes paraestatais não integrantes da administração pública, mas que prestam serviços de interesse público e administram recursos públicos. Assim, estão sujeitas ao controle externo, nos termos da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), sendo obrigatória a divulgação das informações públicas geridas por essas entidades. Apenas em 2016, as receitas das contribuições para o “Sistema S” somaram mais de R\$ 21,8 bilhões.

**Recomendações** – No documento, a procuradora da República recomenda que as entidades do “Sistema S” justifiquem a adoção da modalidade contratual ao fecharem quaisquer contratos, promovam auditorias internas dos atuais contratos vigentes para realização de eventos culturais, em até seis meses, e façam a adequação do seu portal de transparência em até 90 dias, assegurando que sejam nele divulgados e atualizados em tempo real os dados de transparência previstos na legislação, a exemplo de informações sobre orçamentos originais e executados, demonstrações contábeis, processos licitatórios, contratos, convênios, patrocínios e quaisquer outros ajustes celebrados, bem como as respectivas prestações de contas.

De acordo com o documento, é dever do Departamento Nacional do Sesi e do Senai informar às direções regionais sobre a recomendação do MPF, bem como adotar as medidas administrativas correspondentes diante de eventuais descumprimentos pelas seccionais regionais. Em caso de omissão, o MPF poderá adotar outras medidas legais cabíveis.

**Criminal** – A responsabilidade criminal dos envolvidos no esquema segue

em apuração pelo MPF. O órgão avaliará as análises do TCU, CGU e Polícia Federal dos documentos apreendidos na deflagração da Operação Fantoche, que envolveu o cumprimento de 43 mandados de busca e apreensão e de 10 mandados de prisão temporária, além da decretação de quebra de sigilos bancário e fiscal de 34 pessoas físicas e jurídicas e de indisponibilidade de bens de 24 pessoas físicas e jurídicas, no valor total de R\$ 400 milhões. Houve ainda a suspensão do pagamento dos contratos em vigor entre Sesi/Senai e as empresas Aliança Comunicação e Cultura, Instituto Origami e IPCB.

<https://www.tudorondonia.com/noticias/mpf-expede-recomendacao-a-entidades-do-sistema-s,28936.shtml>